



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

As políticas de habitação do Governo, em especial a de habitação pública, têm sido sempre alvo da atenção e das críticas da sociedade. Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) para os anos de 2012 e 2013, o Governo referiu que ia prosseguir o princípio *“habitação para todos, bem-estar para todos”*, assim como criar *“mecanismos eficientes de longo prazo para assegurar a habitação”*, mas, na prática, ainda não se viram resultados. A habitação pública é insuficiente e a sua atribuição é lenta. O Governo afirmou que ia criar *“mecanismos eficientes de longo prazo para assegurar a habitação”*, no entanto, os residentes não conhecem nem os objectivos nem o conteúdo desses mecanismos, assim como não sabem quando é que o Governo vai concretizar o princípio *“habitação para todos, bem-estar para todos”*. Mais, os jovens não sabem como, nem têm esperança de poder adquirir uma casa em Macau.

Em 2015, após 3 meses de consulta pública sobre a Lei da Habitação Económica, os serviços competentes procederam apenas a alterações pontuais, evitaram o importante e agiram sobre o insignificante, introduzindo o *“regime de apreciação precedida de sorteio”*, no entanto, não resolveram as questões relacionadas com a aplicação da lei. Nas LAG para o presente ano, o Governo refere que *“tendo em conta que existem residentes sem capacidade de aquisição de habitações no mercado imobiliário privado e nem reúnem condições para a candidatura a habitação social, o Governo vai estudar outro tipo de habitação pública”*, contudo, até à data ainda não há informações sobre



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

isso, portanto, é normal que os residentes estejam desapontados.

Sou de opinião que, por mais aperfeiçoado que seja o regime de habitação pública, o maior problema será a insuficiência deste tipo de habitação. E, se este problema não for resolvido, qualquer regime de concurso e de espera será inútil.

Assim, com vista a que o Governo concretize o que prometeu nas LAG, interpelo sobre o seguinte:

1. As autoridades dizem estar empenhadas em criar um mecanismo eficiente de longo prazo para garantir a habitação e prosseguir a meta governativa “habitação para todos” e, no Relatório das Linhas de Acção Governativa, o Chefe do Executivo refere que “no futuro, os programas governativos anuais das diversas tutelas deverão observar os objectivos do plano quinquenal da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer”. Então, para os próximos 5 anos, qual é o plano de médio prazo para a criação do referido mecanismo e quais são os respectivos objectivos? E quando é que se pode concretizar a meta governativa “habitação para todos”?

2. No Relatório das LAG para 2015 refere-se a manutenção de uma oferta de habitações públicas em quantidade adequada e estável, contudo, durante o debate das LAG para 2016, o Secretário Raimundo do Rosário afirmou que não é possível construir habitações públicas no presente ano, porque não existem terrenos para tal, o que significa que, quando as actuais que estão em



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

construção estiverem finalizadas, Macau vai entrar numa era de “zero” habitações públicas disponíveis. Pelo exposto, como é que o Governo vai resolver a questão da necessidade de habitações públicas dos residentes de Macau? Como é que vai aumentar a oferta de habitações públicas, de modo a assegurar a fixação de um prazo de espera para os candidatos elegíveis?

3. Na parte relativa aos requisitos de acesso da Lei da Habitação Económica, prevê-se que não se pode candidatar à aquisição de fracções “quem seja elemento de agregado familiar que figure noutra boletim de candidatura, ao qual o IH tenha autorizado a compra ou com o qual tenha celebrado contrato-promessa de compra e venda de uma fracção”. Segundo o mesmo diploma, “o presidente do IH, a título excepcional e mediante pedido devidamente fundamentado, pode autorizar a candidatura à compra das fracções por elementos dos agregados familiares referidos no número anterior”. Até agora, quantas autorizações excepcionais foram emitidas pelo IH? O que se entende por “devidamente fundamentado”? Esta é a altura em que muitas pessoas da geração de 80 e 90 vão casar-se ou constituir família, portanto, o Governo tem a responsabilidade de resolver, quanto antes, os problemas surgidos na prática da implementação da lei. O Governo vai então apresentar um calendário para a revisão integral da Lei da Habitação Económica?

11 de Janeiro de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa,

Chan Melinda Mei Yi